



Relatório da Reunião 04/2010 dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

Data: 19 e 20 de agosto de 2010 – Lages - SC

Nos dias 19 e 20 de agosto de 2010, na cidade de Lages, ocorreu a quarta reunião do ano de 2010 dos colegiados de Contadores e Controladores Internos Municipais. Estiveram presentes os representantes das associações: AMPLASC, AMNOROESTE, AMMVI, AMMOC, AMAI, AMURES, AMARP, AMPLANORTE, AMURC, AMFRI, AMUNESC, AMAUC, AMVALI, AMREC, AMUREL, AMAVI e FECAM.

Estavam também presentes na reunião representantes do Banco do Brasil e da Prefeitura de São José do Cerrito.

Foram deliberados nos dois dias de reunião os seguintes temas:

1- Avaliação do Congresso de Contadores.

Foi solicitado que para o ano de 2011 a FECAM promova um evento sobre Contabilidade de Custos.

O formato do congresso para o ano de 2011 deve permanecer igual aos anteriores tendo sua realização em um dia e meio.

As avaliações devem passar a acontecer por área (Secretários de Finanças, Contadores e Controladores Internos) e não mais de forma geral.

Para o próximo evento a cidade sugerida é Laguna, a data da realização do evento será definida posteriormente mas se estuda a possibilidade de se realizar o evento nos meses de março a maio de 2011.

2- Discussão do Ciclo de Estudos do TCE-SC.

Os temas abordados foram ótimos, porém a FECAM deve solicitar ao TCE-SC que faça a realização do Ciclo de Estudos em dois dias, ou se permanecer em um dia sugere-se então que se faça menos palestras com mais tempo para discussão;

As perguntas feitas ao TCE e que não foram respondidas ainda, devem ser encaminhadas para a FECAM no e-mail alexandre@fecam.org.br até final de agosto. Posteriormente a FECAM encaminhará as mesmas ao TCE-SC e ao obter as respostas encaminhará de volta ao Colegiado;

3- Nota da RFB/Suara/Codac nº 114 de 24/05/2010 sobre CNPJ dos fundos municipais e sugestões para o GT-STN.

Vai ser encaminhado um ofício a STN e Receita Federal através do Rafael (AMMVI) sugerindo a extinção do CNPJ nos fundos municipais e também será solicitado o cancelamento das multas geradas por entrega da DCTF em atraso para aqueles fundos que entregaram a mesma em atraso.

4- Repasse para Câmara de Vereadores.

Na próxima reunião com o TCE-SC será levantado o assunto para confirmar a forma de contabilizar as receitas oriundas de aplicações financeiras nas câmaras de vereadores.



Outra sugestão a ser encaminhada ao TCE é que o percentual de pessoal da câmara não seja o valor do seu orçamento e sim o limite estabelecido no art. 29 A parágrafo primeiro da Constituição Federal.

5- Adiantamento da despesa.

Sugere-se aos municípios que os adiantamento de pronto pagamentos concedidos a funcionários sejam depositados em contas específicas abertas em nome do município e vinculada ao funcionário que possui a gestão do adiantamento.

Ainda sobre adiantamento o Rodrigo (FECAM) irá realizar estudo sobre a necessidade ou não de se fazer retenções tributárias ou contributivas sobre as despesas realizadas com estes adiantamentos.

6- Honorários de sucumbência.

Verificar com o TCE qual seu posicionamento relacionado aos municípios que pagaram e ainda estão pagando a sucumbência.

7- Padronização dos grupos de Destinação de Recursos pela STN.

O colegiado vai apresentar uma tabela sugestiva para o TCE-SC e a STN, para tanto um grupo de estudos voltado a realizar esta tarefa foi composto pelos seguintes membros do Colegiado, Liliane (AMFRI), Rafael (AMMVI), Gilberto (GRANFPOLIS) e Alexandre (FECAM). A reunião será realizada na FECAM no mês de setembro.

8- Relatório da CGU:

Os membros do colegiado Wanderley (AMAUC), Patrícia (AMUREL), Cesar (AMREC) e Rafael (AMMVI) encaminharão para a FECAM o relatório com os principais pontos de fiscalização apontados pela Auditoria da CGU. A FECAM posteriormente consolidará os mesmos e encaminhará ao colegiado.

9) PASEP:

A FECAM irá encaminhar um relatório com o cálculo de um município para a contadora Liliane (AMFRI) que ira emitir novo cálculo e comparar com o cálculo feito pelo auditor da Receita Federal.

Na Próxima reunião dos Colegiados este tema será objeto de discussão.

10) Lei 9452/97 Informação de recursos recebidos aos partidos políticos:

A princípio a informação tem que ser fornecida via notificação, porém, como o assunto gera dúvidas a FECAM solicitará ao seu corpo jurídico que efetue estudo sobre o assunto verificando se existe alguma outra forma de se levar a informação.

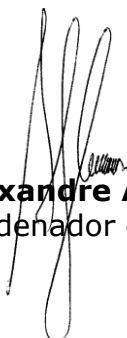
11) Precatórios:

Será objeto de discussão com o mesmo grupo da Destinação de Recursos que apresentará um roteiro sobre o assunto.

12) Assuntos para estudo na reunião do dia 18 e 19 de outubro:

- a)** Hora-extra, Função Gratificada – Marcos (FECAM);
- b)** Sistema de Registro de Preços e Credenciamento – Patrícia (AMUREL), Edinando (FECAM) e Marcos (AMUNESC);
- c)** Tabela de Destinação de Recursos – Liliane (AMFRI), Rafael (AMMVI) e Gilberto (GRANFPOLIS) e Alexandre (FECAM);
- d)** Liberação de Recursos e Fiscalização de Obras – vamos tentar com a Caixa Econômica Federal para falar sobre estes temas.

Florianópolis, 25 de agosto de 2010.



Alexandre Alves
Coordenador do Colegiado



Rodrigo G. Guesser
Contador da FECAM